

A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE POPULISMO À AMÉRICA LATINA: pela necessidade de classificar, e não desqualificar.

THE APPLICATION OF “POPULISM” CONCEPTS IN LATIN AMERICA: the need to classify, and not disqualifying.

João Carlos Amoroso Botelho

Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás – UFG

Doutor em Ciência Política

Resumo

Desde que autores como Germani (1962), Di Tella (1969) e Ianni (1975) aplicaram a noção de populismo à América Latina, muito se escreveu sobre o tema. O conceito se estirou tanto que tem servido para definir políticos os mais díspares. Com a ausência das condições socioeconômicas descritas pelas formulações clássicas, a estratégia adotada é limitar a categoria à dimensão política. Esse procedimento, porém, não é capaz de descrever atributos exclusivos suficientes para que o populismo seja um fenômeno específico. Ao mesmo tempo, o conceito está tão enraizado que não é viável abandoná-lo. A solução proposta é avaliar em quais características um político se aproxima e se afasta dos casos paradigmáticos do passado. Assim, ele pode ser populista em certos aspectos e não em outros. Com esse procedimento, se chega a uma classificação, em que um líder apresente mais ou menos atributos descritos pelas definições clássicas, eliminando a necessidade de reformulação constante do conceito para adaptá-lo a novas circunstâncias. Também haveria menos espaço a que o rótulo de populista continuasse servindo para desqualificar políticos latino-americanos. O artigo aborda definições clássicas e recentes aplicadas à América Latina e avalia a viabilidade empírica da estratégia de se concentrar na dimensão política.

Palavras-chave: populismo; América Latina; casos paradigmáticos; classificação.

Resumen

Desde que autores como Germani (1962), Di Tella (1969) y Ianni (1975) aplicaron la noción de populismo a la América Latina, mucho se ha escrito sobre el tema. El concepto se ha estirado tanto que ha definido políticos muy dispares. Con la ausencia de las condiciones socioeconómicas descritas por las formulaciones clásicas, la estrategia adoptada es concentrarse en la dimensión política. Ese procedimiento, sin embargo, no es capaz de describir atributos exclusivos suficientes para que el populismo sea un fenómeno específico. Al mismo tiempo, el concepto está tan enraizado que no es viable abandonarlo. La solución propuesta es evaluar en cuales características un político se acerca y se aleja de los casos paradigmáticos del pasado. Así, ello puede ser populista en ciertos aspectos y no en otros. Con ese procedimiento, se llega a una clasificación, en que un líder presente más o menos atributos descritos por las definiciones clásicas, eliminando la necesidad de reformulación constante del concepto. También habría menos espacio a que el rótulo de populista continuase sirviendo para descalificar políticos latinoamericanos. El artículo presenta definiciones clásicas y recientes aplicadas a la América Latina y discute la viabilidad empírica de la estrategia de concentrarse en la dimensión política.

Palabras clave: populismo; América Latina; casos paradigmáticos; clasificación.



1. Introdução

O conceito de populismo foi aplicado inicialmente à América Latina em referência, sobretudo, a governantes com características personalistas de um período de transição na região de uma economia agrário-exportadora, sob dominação oligárquica, para uma de industrialização incipiente apoiada no mercado interno e com urbanização crescente.

Desde então, o conceito tem sido redefinido constantemente e perdido muitos dos seus atributos iniciais. Uma solução recente para que a categoria de populismo possa continuar sendo aplicada à América Latina foi limitá-la à dimensão política, mais especificamente às características que se referem ao estilo de liderança.

Com essa estratégia de associar o conceito à dimensão política, se considera que é possível a identificação de padrões de conduta que se mantiveram ao longo do tempo entre os governantes e políticos latino-americanos classificados como populistas em diferentes contextos e períodos históricos e que são suficientes para justificar que a categoria de populismo continue sendo aplicada.

Este trabalho explora definições recentes que se utilizam dessa proposta e argumenta que a limitação do conceito à dimensão política também não resolve o problema, já que essa estratégia não é capaz de identificar e descrever atributos exclusivos suficientes para que o populismo continue sendo uma categoria analítica válida.

Ao mesmo tempo, com a inclusão de muitos atributos, há o risco de estiramento do conceito, segundo a definição de Sartori (2002). Como resultado disso, o que se ganha em capacidade de abrangência de

casos se perde em precisão. A construção de conceitos aplicáveis a lugares e períodos distintos é importante, mas, como ressalta Sartori, eles não estão isentos da necessidade de comprovação empírica.

O que se pretende defender no artigo é que a constante redefinição do conceito de populismo ceda lugar à identificação de semelhanças e diferenças entre governantes de épocas mais recentes e líderes populistas do passado. Dessa forma, não haveria mais a necessidade de estabelecer uma definição que continue sendo aplicável ao longo do tempo nem de determinar quais governantes mais recentes merecem ou não o rótulo de populista.

A solução que se propõe aqui, então, é identificar em quais aspectos um político se aproxima e se afasta dos casos paradigmáticos do passado e classificá-lo com base nessas características, sem a obrigação, muitas vezes estabelecida pelo próprio autor, de determinar se o rótulo de populista é cabível ou não. Assim, um governante pode ser populista em certos aspectos e não em outros, sempre em referência aos exemplos originais, eliminando a necessidade de formulação constante de um novo conceito que se adapte às circunstâncias políticas de cada momento ou período histórico.

Para embasar sua argumentação, o trabalho apresentará definições clássicas e atuais de populismo aplicadas à América Latina e discutirá a viabilidade empírica da estratégia de limitar o conceito à dimensão política, com base em casos de governantes e políticos latino-americanos do passado e recentes que têm sido classificados como populistas.

2. A formulação teórica sobre o populismo na América Latina

O tema do populismo na América Latina foi extensamente explorado na literatura acadêmica e tem permanecido em foco desde estudos clássicos realizados na década de 1960. Este trabalho se concentrará em determinados autores clássicos e atuais, sem deixar de aproveitar as contribuições de outros que trabalharam com o tema.

Há uma dificuldade na literatura sobre o populismo em definir com precisão o conceito. Uma opção adotada com frequência para contornar essa dificuldade é apontar uma série de características identificadas nos casos.

"La claridad conceptual _ni qué hablar de definiciones_ está visiblemente ausente de este campo. En la mayoría de los casos, la comprensión conceptual es reemplazada por la invocación a una intuición no verbalizada, o por enumeraciones descriptivas de una variedad de 'rasgos relevantes' _una relevancia que es socavada, en el mismo gesto que la afirma, por la referencia a una proliferación de excepciones_" (Laclau, 2005, p. 15).

É por isso que, na apresentação das formulações de alguns autores a partir de agora, não são incluídas suas definições do populismo na América Latina, e sim as características apontadas.

2.1. Formulações clássicas

Germani (1962, 1965a e 1965b) se insere entre os que veem o populismo como uma manifestação do baixo nível de

modernização social nos países latino-americanos do período em que os movimentos populistas surgem e se afirmam na região, entre os anos 1930 e 1960. Ao mesmo tempo, ele considera que os líderes populistas cumprem a tarefa de incorporar à política e à sociedade grupos que ficavam à margem.

Para explicar as contradições que identifica nas sociedades latino-americanas de então, Germani trabalha com a ideia da simultaneidade de não contemporâneos. Isso significa que características arcaicas e modernas conviviam no interior de cada país, originando assincronias. Essa realidade heterogênea, porém, estava em transição, com a incorporação progressiva de aspectos modernos. O horizonte a alcançar seria o de uma sociedade urbano-industrial com instituições democráticas e estáveis.

É no curso dessa transição que apareceriam os movimentos populistas, ou, como Germani prefere definir, nacional-populares, que se caracterizariam por uma relação direta entre o líder e as massas, compostas, principalmente, de grupos recém-chegados ao ambiente urbano. Esses movimentos combinariam, no âmbito da política, aspectos heterogêneos, já que representariam, ao mesmo tempo, o atraso na implantação plena de uma democracia representativa e a incorporação política de camadas marginais.

A incorporação de grupos marginais, porém, é problemática, pois geraria um nível de mobilização maior do que os canais institucionais de participação existentes teriam capacidade para absorver. Isso ocorreria porque se trataria de países que ainda não haviam alcançado a condição de democracias representativas com participação ampla.

Uma vez no poder, os movimentos populistas desrespeitariam valores básicos da democracia representativa, como as liberdades civis, e adotariam um modelo de desenvolvimento baseado no planejamento estatal e na nacionalização de atividades econômicas e recursos naturais. Outra característica apontada é que, nesses movimentos, as linhas de classe ficam diluídas. As massas, definidas como marginais ou disponíveis, não teriam capacidade de articulação própria e se vinculariam ao líder por meio dos seus traços carismáticos e demagógicos.

Di Tella (1969) coloca ênfase no que chama de efeito deslumbramento, que teria impacto sobre as massas urbanas recém-chegadas da zona rural. A mudança para a cidade, a escolarização e a influência dos meios de comunicação elevariam as expectativas desses grupos, que se frustrariam ao não vê-las satisfeitas. Ao mesmo tempo, a debilidade de organização autônoma das massas urbanas em formação as deixariam manipuláveis por líderes carismáticos e demagógicos.

Esse panorama leva Di Tella a constatar a dificuldade para a conformação de movimentos políticos liberais ou operários segundo os padrões europeus. Para ele, a ideologia acabava sendo utilizada pelos líderes populistas como um meio de controle da mobilização das massas.

A partir dessa contextualização, o autor define o populismo como "um movimento político, com forte apoio popular, com a participação de setores de classes não operárias com importante influência no partido e que sustenta uma ideologia anti-status quo. Suas fontes de força são: I) elite localizada nos níveis médios ou altos da estratificação e dotada de motivações anti-status quo; II) massa mobilizada formada em resultado da 'revolução de aspirações'; e III)

uma ideologia ou estado emocional difundido que favoreça a comunicação entre líderes e seguidores e crie um entusiasmo coletivo" (Di Tella, 1969, p. 87).

Ianni (1975) reforça o caráter de conciliação de classes do populismo, mas ressalva que se trata de uma aliança instável e circunstancial. Ele, inclusive, considera necessário separar cada movimento populista em dois grupos, o populismo das cúpulas e o populismo das massas. No primeiro, estariam governantes, políticos, burguesia nacional, burocratas e sindicalistas vinculados ao movimento. E no segundo, estariam operários, migrantes de origem rural, grupos de classe média baixa, estudantes, intelectuais e partidos de esquerda.

Os primeiros utilizariam taticamente os segundos para perseguir seus objetivos e manipulariam as possibilidades de atuação política das massas. Em ocasiões menos tensas, a impressão seria de harmonia entre os dois grupos. Em momentos críticos, porém, a cúpula abandonaria as massas, impedindo que avançassem em suas lutas políticas.

Para Ianni, ainda que as massas fossem manipuláveis, não estavam sempre à disposição do líder populista e, muitas vezes, se mostravam insatisfeitas. Em alguns casos, inclusive, teriam se radicalizado e ampliado suas reivindicações, fazendo com que os grupos dominantes na coalizão populista reagissem e, quando julgavam necessário, recorressem às Forças Armadas para reestabelecer a ordem.

Sobretudo, o populismo representaria "uma modalidade particular de organização e desenvolvimento das relações e contradições de classes sociais na América Latina" (Ianni, 1975, p. 11). Com a crise da economia agrário-exportadora e, por consequência, o

colapso da dominação oligárquica, nenhuma classe estaria em condições de se impor sobre as outras. Ao mesmo tempo, haveria a necessidade de uma nova combinação de forças para organizar e exercer o poder e para reformular as relações de dependência externa. A coalizão de grupos formada em torno do líder populista seria reflexo dessa nova situação.

Germani, Di Tella e Ianni coincidem em muitas das características que identificam no populismo, como a combinação de grupos na coalizão populista; a liderança exercida por representantes dos setores alto e médio com orientação anti-status quo; a adesão das massas urbanas mobilizadas; a relação direta entre o líder carismático e as massas; a promoção do desenvolvimento com base na industrialização coordenada pelo Estado e no mercado interno; e o sentimento antiimperialista, presente tanto no discurso político do movimento como em medidas de nacionalização adotadas pelos governos.

Além de não inserir sua análise nos marcos da democracia representativa, Ianni se diferencia de Germani e Di Tella, principalmente, nos entendimentos de que a linha de divisão entre classes hegemônicas e subalternas se mantém clara no interior da coalizão populista, com as primeiras usando as segundas para alcançar seus interesses e as abandonando quando perdem o controle sobre a mobilização das massas, e de que as classes subalternas da coalizão podem se articular, se tornar autônomas e também perseguir seus interesses.

2.2. Formulações mais recentes

Hermet (2003) assenta sua noção de populismo na subordinação do exercício do governo à soberania popular, o que conferiria prioridade às demandas e

necessidades do povo, entendido como uma unidade. O próprio autor, no entanto, considera que a importância conferida pelo governante às demandas populares não é suficiente para que seja definido como populista, já que existem mais exemplos de ideologias ou regimes políticos que reservam a mesma centralidade ao povo e às suas exigências.

Tampouco, constata o autor, a ideologia ou o carisma do líder é suficiente para distinguir o populismo. É na maneira de tentar responder às demandas populares que Hermet identifica uma característica que avalia como distintiva do fenômeno. O governante populista se caracterizaria por oferecer soluções rápidas, o que estaria em descompasso com o ritmo da administração pública, e persegui-las a partir de uma lógica de mediação direta, sem a necessidade de cumprir trâmites institucionais e prazos fixos. A importância conferida ao povo e às suas exigências, o carisma e a oferta de soluções rápidas e não mediadas seriam os atributos do líder populista.

Freidenberg (2007) também se concentra na dimensão política. Para ela, só assim é possível formular uma definição que tenha capacidade para abranger casos de diferentes momentos ou períodos históricos na América Latina. A autora usa a década de 1990 como o ponto de inflexão. Segundo ela, os casos desse período, como os de Carlos Menem, na Argentina, Fernando Collor, no Brasil, e Alberto Fujimori, no Peru, mostraram que o componente econômico do populismo, representado por um modelo nacionalista de desenvolvimento, havia ficado no passado. Como seguiram outra linha econômica, implantando reformas neoliberais, esses governantes se definiriam como populistas com base no componente político.

O aspecto central, para Freidenberg, é o estilo de liderança. As características distintivas do populismo, como a maneira de o líder se relacionar com seus seguidores, o modo de mobilizá-los e o tipo de discurso que emprega, então, seriam componentes do seu estilo de liderança. A necessidade de atualizar o conceito, justifica ela, vem da persistência do fenômeno na América Latina, ou, ao menos, da percepção de setores das sociedades latino-americanas sobre essa persistência. Se governantes atuais continuam sendo taxados pela mídia de populistas, é necessário voltar a encarar o tema.

A autora define o populismo como "un estilo de liderazgo, caracterizado por la relación directa, carismática, personalista y paternalista entre líder-seguidor, que no reconoce mediaciones organizativas o institucionales, que habla en nombre del pueblo y potencia la oposición de éste a 'los otros', donde los seguidores están convencidos de las cualidades extraordinarias del líder y creen que gracias a ellas, a los métodos redistributivos y/o al intercambio clientelar que tienen con el líder (tanto material como simbólico), conseguirán mejorar su situación personal o la de su entorno" (Freidenberg, 2007, p. 25).

Se Ianni (1975) se baseia nos casos de Lázaro Cárdenas, que governou o México de 1934 a 1940, Getúlio Vargas, presidente do Brasil nos períodos de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, e Juan Domingo Perón, que comandou a Argentina de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974, Freidenberg percorre uma gama ampla de exemplos, que vão de Hipólito Yrigoyen, com governos na Argentina de 1916 a 1922 e de 1928 a 1930, até Rafael Correa, presidente do Equador desde 2007.

Partindo da periodização de Drake (1982), que está dividida em populismos precoce,

clássico e tardio, a autora propõe três novas categorias, os novos populismos neoliberais e antineoliberais e os populismos contemporâneos, para dar conta dos casos surgidos desde a segunda metade da década de 1980.

Laclau (2005) é outro adepto da estratégia de se concentrar na dimensão política, mas se preocupa menos com os casos e não se restringe ao contexto latino-americano. Um aspecto que diferencia seu trabalho do que se produz com mais frequência na literatura sobre o populismo é o esforço em evitar a análise do fenômeno a partir de uma visão negativa. Laclau argumenta que é necessário captar a racionalidade própria do populismo para que se possa descrevê-lo e defini-lo. Segundo o autor, se o fenômeno é definido apenas como vago e pobre em termos ideológicos, em contraposição a outros mais racionais e claros, ou como transitório e manipulador, não é possível identificar suas características específicas. Assim, em vez de focar os aspectos que faltam ao populismo e o afastam de um modelo de normalidade política, seria necessário se concentrar nos seus mecanismos próprios de funcionamento.

O fato de que o discurso populista é vago e simplista em muitos momentos pode ser reflexo de uma indefinição da realidade social e, mais importante, se torna uma condição para que o populismo aumente sua capacidade de aglutinar diferentes grupos sociais e construa significados políticos relevantes, afirma Laclau. Para ele, o que distingue o fenômeno é a ênfase em uma lógica simplificadora da atividade política, que substitui as diferenças sociais por dicotomias em que os dois lados necessitam apresentar contornos imprecisos, para aglutinar diferentes grupos. São exemplos recorrentes as dicotomias entre o povo e a oligarquia, entre a nação e o mundo exterior

e entre as massas trabalhadoras e os exploradores.

O populismo, portanto, não seria um tipo de movimento com uma base social específica e determinada orientação ideológica, e sim uma lógica que simplifica a atividade política, ao construir fronteiras internas, ainda que imprecisas, identificar um outro lado e fazer com que os diferentes grupos sociais se aglutinem em torno de um dos polos. Nessas condições, a unidade dos grupos que se alinham com o discurso populista se basearia apenas na contraposição com o outro lado, o que manteria suas singularidades. Laclau identifica ainda no populismo um elemento anti-institucional, de ruptura com uma ordem existente, gerando um desafio à normalidade política e uma convocação aos setores menos favorecidos da população.

Como visto, Hermet, Freidenberg e Laclau coincidem na proposta de concentrar o conceito de populismo na dimensão política, mas diferem em relação ao aspecto distintivo do fenômeno. Para o primeiro autor, é a oferta de soluções rápidas e não mediadas, para a segunda, o estilo de liderança, e para o terceiro, a ênfase em uma lógica simplificadora da atividade política. Há ainda uma diferença entre Hermet, por um lado, e Freidenberg e Laclau, por outro. Ao se preocupar com o tipo de soluções oferecidas, o primeiro autor supera os elementos discursivos e valoriza também as políticas de governo, o que os outros dois não fazem.

3. O contraste entre teorias e evidências

As definições mais recentes, que tentam dar conta de casos de diferentes momentos ou

períodos históricos na América Latina e, portanto, não podem associar os componentes políticos ao contexto socioeconômico descrito pelas formulações clássicas, são claramente insuficientes para caracterizar o populismo como um fenômeno específico.

No caso de Hermet, há o reconhecimento do próprio autor de que as duas primeiras características apontadas, a importância conferida ao povo e às suas exigências e o carisma, não são exclusivas de líderes populistas. Resta a que ele define como distintiva, que é a oferta de soluções rápidas e não mediadas. Isso, no entanto, pode ser uma exigência das circunstâncias, por conta de uma situação emergencial para a qual um governante precisa apresentar uma resposta urgente, e não ter relação com sua maneira de encarar a política.

Ainda que se enfatize apenas o aspecto das soluções não mediadas, no sentido de que um governante populista se caracteriza por tentar evitar ou flexibilizar os trâmites institucionais requeridos e os prazos fixos, também poderia se tratar de uma estratégia que responda a uma exigência do momento. Haveria, então, a necessidade de levar em conta se essa prática é recorrente e, caso fosse, de avaliar se ela está mais relacionada com as circunstâncias do momento em questão ou com um estilo de fazer política.

A dificuldade em isolar o aspecto a que se reputa a condição de ser distintivo do fenômeno que se pretende definir o torna insuficiente para cumprir essa tarefa. Ademais, o fato de que um governante carismático e preocupado com as demandas da população tenha como estratégia a oferta constante de soluções rápidas e não mediadas não significa, por si só, que se trate de um líder populista. De que adianta ter todas essas características se, por exemplo, não contar com uma base sólida de

seguidores? Afinal, um governante não pode representar de fato um exemplo de líder populista se não tem apoiadores fiéis. Nesse caso, se trataria, na verdade, de mais um exemplo da confusão recorrente na mídia e no senso comum entre populismo e demagogia.

A estratégia de Freidenberg, de se concentrar no estilo de liderança, não é uma solução. Para começar, sua definição pode ser aplicada a um grande número de casos, com muita variação entre eles, inclusive no que se refere ao estilo de liderança. A quantidade de exemplos e a extensão do período que ela percorre no seu livro são amostras disso. Um conceito que se aplica a tantos casos, com enorme disparidade de características, épocas e contextos históricos, não serve para definir um fenômeno específico.

Ainda que se concorde com a ênfase no estilo de liderança, é necessário ir além e verificar se os elementos discursivos se refletem nas práticas políticas, já que, para definir um estilo, as ações também precisam ser levadas em conta. Freidenberg, porém, deixa as políticas de governo em segundo plano. Ele faz referências indiretas a políticas no seu conceito, especificamente nos trechos sobre o não reconhecimento do líder populista de mediações organizativas ou institucionais e sobre a esperança dos seguidores nos métodos redistributivos e no intercâmbio clientelista, e trata de medidas econômicas e sociais nas descrições dos casos, mas, em ambas as situações, a adoção ou não de certa política não é determinante na sua análise do populismo.

Isso se torna mais grave porque a implantação de medidas de inclusão política e/ou social é um componente tão essencial quanto o estilo de liderança para que um governante possa ser caracterizado como populista. Sem que "la relación directa,

carismática, personalista y paternalista entre líder-seguidor" se reflita em políticas de inclusão, o risco, mais uma vez, é que se confunda populismo com demagogia.

Tomando em separado alguns dos atributos que compõem a definição, mais problemas podem ser apontados. A autora avalia que o líder populista apresenta a característica de falar em nome do povo, o que é demasiadamente genérico. Todo político se promove, em alguma medida, como um representante dos interesses da população, ainda que seja para dissimular uma atuação que visa unicamente o benefício próprio.

Ao mesmo tempo em que fala em nome do povo, o governante populista, segundo o conceito de Freidenberg, estimula a polarização com outros grupos. A partir desse aspecto, alguns pontos, que se repetem ao longo da análise da autora, podem ser explorados. Uma questão inicial é que o discurso contra os políticos tradicionais precisa ser avaliado com cautela, para que não tenha sua importância exagerada.

Candidatos que adotam um tom crítico à classe política são comuns, principalmente em contextos de baixa credibilidade de partidos e políticos. Inclusive, há políticos tradicionais que tentam se promover alegando que representam a renovação das práticas políticas. O emprego desse discurso, então, pode não significar ameaças ao sistema político existente. Afinal, a cada crise, candidatos se elegem com base em críticas aos políticos tradicionais, entre os quais, por sua vez, estão alguns que se elegeram com o mesmo discurso na crise anterior. Se isso representasse uma renovação efetiva, uma classe política tradicional nunca se formaria, já que, a cada eleição, haveria a substituição de um grupo por outro.

É necessário avaliar também quais são os grupos que o líder populista reúne em torno de si e como ele converte seu discurso de polarização em ações. Freidenberg, assim como já havia ocorrido com os autores das formulações clássicas, percebe o caráter policlassista dos governos populistas, ainda que ressalte a dificuldade para que isso se configure em alianças. O que ela não percebe é como essas características se transformam entre os casos até os anos 1990 e os da década de 2000 com os quais trabalha.

Até Menem, Collor e Fujimori, os principais exemplos dos anos 1990 que Freidenberg utiliza, a conciliação de classes esteve presente. Nesses casos, o discurso de oposição do povo aos outros, como define a autora, não se refletiu em uma atuação para estimular a polarização, pelo contrário, já que a tentativa foi de promover conciliação. Nos principais exemplos utilizados para a década de 2000, que são os do venezuelano Hugo Chávez e do equatoriano Rafael Correa, no entanto, isso não se repetiu. Esses dois presidentes tanto adotaram um discurso de polarização como a promoveram por meio de ações e políticas de governo.

A relação direta entre o líder populista e seus seguidores, mais um aspecto que Freidenberg enfatiza, suscita outra questão. Nesse caso, o problema não se refere à própria característica, e sim à necessidade de verificação empírica da sua presença. O ponto é que um governante pode se esforçar para estabelecer uma relação direta com as massas, mas pode não conseguir que isso se concretize. Para que essa característica esteja presente, então, a relação direta entre líder e seguidor precisa ser efetiva, e não apenas uma tentativa.

Collor, presidente brasileiro entre 1990 e 1992, é um exemplo nesse sentido. É evidente que ele se esforçou durante sua

campanha e seu governo para se aproximar dos setores menos favorecidos da população, aos quais, como já fizera Perón, se referia como descamisados, mas isso não foi suficiente para que construísse uma base de seguidores. O fato de que esses grupos foram decisivos para elegê-lo tampouco significa a conformação de uma base de apoiadores. Tanto foi assim que, ao primeiro sinal de problemas, não houve quem ficasse ao seu lado para defendê-lo em manifestações de rua. Freidenberg, porém, não se preocupa em fazer essa verificação e inclui Collor entre os casos de governantes populistas com os quais trabalha.

Outra questão se refere ao lado dos seguidores. A autora enfatiza a confiança dos apoiadores nas capacidades extraordinárias do líder populista e a crença de que se beneficiarão disso. De novo, o problema não é a inclusão desse aspecto na definição, e sim o fato de que não há verificação da sua presença nos exemplos de populismo apontados. Não se pode simplesmente intuir que a confiança está presente. Para mostrar que de fato está, é necessário apresentar evidências. Em alguns dos casos, é mais factível a existência de uma confiança nas capacidades extraordinárias do governante populista. Mas e nos outros? É possível afirmar, sem apresentar dados de pesquisas de opinião, que também foi assim com, por exemplo, Alan García no Peru, Fernando Collor no Brasil e Abdalá Bucaram no Equador?

Laclau é mais vago do que Hermet e Freidenberg na tentativa de definir o populismo. O aspecto que ele considera como distintivo do fenômeno é abrangente o suficiente para que possa ser aplicado à atividade política de forma geral, como o próprio autor reconhece ao avaliar que a simplificação é um elemento necessário da política. Ademais, Laclau não se preocupa em verificar se e como o discurso populista

se reflete em ações e políticas de governo, já que seu interesse se direciona para as demandas e, sobretudo, a construção discursiva.

Por outro lado, o autor tem os méritos de perceber que o populismo também apresenta uma racionalidade e de se concentrar nos seus mecanismos específicos de funcionamento, em vez de focar os aspectos que faltam ao fenômeno e o afastam da normalidade política. Com isso, Laclau se diferencia do que é produzido com mais frequência na literatura sobre o tema.

Assim como ocorre com os trabalhos de Hermet, Freidenberg e Laclau, poderiam ser apontados problemas nos estudos de outros autores que tentam abranger casos de diferentes momentos ou períodos históricos na América Latina. Os pontos mais importantes, no entanto, são que a estratégia de limitar a análise à dimensão política não é capaz de identificar e descrever atributos exclusivos suficientes para conferir ao populismo a condição de um fenômeno específico, como foi argumentado com as questões levantadas até aqui, e que a reformulação constante do conceito não é mais necessária nem proveitosa em termos acadêmicos.

4. Conclusões

A análise do populismo na América Latina já consumiu um volume enorme de trabalho e páginas. Apesar disso, o fenômeno está constantemente sendo descrito e redefinido, em função das circunstâncias de cada momento ou período histórico ou da disposição de um determinado autor em formular sua própria versão do conceito. A pergunta que precisa ser feita é: até quando?

Agregar um sufixo ou limitar o fenômeno à dimensão política pode parecer uma solução, mas, no máximo, é uma resposta provisória.

A utilização do sufixo tem prazo de validade. O que merece hoje a condição de novo, e por consequência o sufixo "neo", deixará de sê-lo em algum momento, em função da mudança das circunstâncias a que fazia referência, e precisará de um outro rótulo, nem que seja para acrescentar por uma segunda vez o sufixo "neo".

A estratégia de se concentrar na dimensão política também não tem se mostrado como uma solução. Tomando como base as formulações mais recentes que foram avaliadas aqui, as três não são capazes de identificar e descrever atributos que justifiquem que o populismo continue sendo tratado como um fenômeno específico. Os aspectos enfatizados por Hermet, Freidenberg e Laclau, que são, respectivamente, a oferta de soluções rápidas e não mediadas, o estilo de liderança e a ênfase em uma lógica simplificadora da atividade política, não são exclusivos e/ou suficientes para caracterizar um líder populista.

No caso de Hermet, a oferta de soluções rápidas e não mediadas pode responder a outras circunstâncias, como a urgência requerida por uma situação emergencial, e não ter relação com um modo de atuação política. No caso de Freidenberg, a ênfase no estilo de liderança permite que seu conceito seja empregado a um grande número de governantes e políticos, com uma enorme disparidade de características. Ademais, não há a exigência de que os componentes discursivos se reflitam em políticas de governo, fazendo com que se possa caracterizar um líder como populista só pelo discurso, ainda que seu apelo ao povo não se consubstancie em medidas de inclusão política e/ou social. E no caso de

Laclau, os dois problemas apontados sobre o trabalho de Freidenberg também aparecem e em maior medida, já que sua definição é abrangente o suficiente para que possa ser aplicada à atividade política de forma geral, como ele próprio reconhece, e não há preocupação com os reflexos do discurso populista em ações e políticas de governo.

Se mudar o nome, agregando um sufixo, ou limitar o fenômeno à dimensão política não é uma solução, tampouco parece ser o caso de abandonar o conceito. O populismo já atingiu um nível de enraizamento na América Latina, seja como prática, inspiração ou percepção da sua presença, que a decisão de deixar de conferir a ele um tratamento acadêmico seria mais um reconhecimento de incapacidade para lidar com a questão do que um atestado de rigor científico.

Uma opção intermediária, então, é continuar trabalhando com o conceito de populismo, mas sem a necessidade de sua reformulação constante para adaptá-lo às circunstâncias políticas de cada momento ou período histórico. A solução proposta é identificar em quais características um político se aproxima e se afasta dos casos paradigmáticos do passado, definidos pelas formulações clássicas. Assim, ele pode ser populista em certos aspectos e não em outros.

Com esse procedimento, é possível chegar a uma classificação, em que um líder apresente mais ou menos características descritas pelas definições clássicas, evitando a obrigação de determinar se o rótulo de populista é cabível ou não. Ou seja, a classificação proposta não serve para definir se um político, seu governo ou seu movimento é ou não populista. A intenção é que, a partir da comparação com os casos paradigmáticos, se possa afirmar em quais características específicas certo político é

populista, o que não é suficiente para e torna desnecessário rotulá-lo como populista, porque, afinal, ele pode não o ser em outros tantos aspectos. Com isso, haveria menos espaço para que a fixação do rótulo continuasse servindo como um modo de desqualificar governantes e políticos latino-americanos, e não de classificá-los.

Essa metodologia ainda tem uma vantagem extra. Dificilmente, um político, seja como líder, no seu governo ou no seu movimento, reunirá todas as características descritas pelas formulações clássicas. Com o procedimento sugerido aqui, se poderá afirmar em quais aspectos específicos certo político é populista, evitando que se force o enquadramento em outras tantas características, ou até que se ignore que o ajuste completo não está presente, simplesmente para que se possa determinar que o líder em questão é populista.

Para que a proposta defendida aqui possa ser empregada, é necessário, em primeiro lugar, que se estabeleça um intervalo de tempo em que estiveram presentes os casos paradigmáticos do passado aos quais a análise de governantes e políticos mais recentes fará referência. Com base na época abrangida pelas formulações clássicas e na periodização de Drake (1982), que situa o populismo clássico entre os anos 1930 e 1950, se pode estabelecer que os casos paradigmáticos são os das décadas de 1930 a 1960 na América Latina.

Por fim, é necessário determinar quais são as principais características definidas pelas formulações clássicas, para que seja possível avaliar em quais aspectos políticos de períodos posteriores se aproximam ou se afastam dos casos paradigmáticos do passado. A partir da identificação dos atributos comuns às formulações de Germani, Di Tella e Ianni, se pode considerar que essas características são: 1) a

combinação de grupos e o caráter de conciliação da coalizão populista; 2) a liderança exercida por representantes das camadas alta e média que têm uma orientação anti-status quo; 3) a adesão de massas urbanas mobilizadas; 4) a relação direta entre o líder carismático e as massas; 5) a promoção do desenvolvimento com base na industrialização coordenada pelo Estado e no mercado interno; e 6) o sentimento antiimperialista, presente tanto no discurso político como em medidas de nacionalização.

A essas características, é importante agregar duas condições que não são explicitadas pelos autores das definições clássicas e que foram estabelecidas ao longo deste trabalho. Para que um político possa ser visto como um líder, precisa ter uma base de seguidores. E para que possa ser considerado um líder populista, precisa implantar ou, caso não ocupe cargos de governo, defender medidas de inclusão política e/ou social.

A presença ou não de cada característica precisa ser avaliada no seu âmbito específico e com as devidas adequações à posição institucional do político estudado. Quanto ao âmbito, por exemplo, a relação direta entre o líder e as massas e o sentimento antiimperialista precisam ser considerados tanto nas opções discursivas como nas atitudes. E quanto à posição, não é possível avaliar se políticos que não ocuparam cargos de governo ao longo da carreira promoveram o desenvolvimento com base na industrialização coordenada pelo Estado e implantaram medidas de inclusão política e/ou social. Nesse caso, o que precisa ser verificado é se defendem essas propostas.

Levando em conta tudo que foi argumentado neste trabalho, é a referência constante ao passado, portanto, com a devida atenção às diferenças de contexto, que parece ser a opção mais adequada para que o conceito de

populismo possa continuar tendo aplicação à América Latina e mantenha sua pertinência acadêmica.

5. Referências bibliográficas

DI TELLA, Torcuato S. *Por uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

DRAKE, Paul. Populism in South America. *Latin American Research Review*, v. 17, n. 1, p. 190-199, 1982.

FREIDENBERG, Flavia. *La tentación populista. Una vía al poder en América Latina*. Madri: Síntesis, 2007.

GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas*. Buenos Aires: Paidós, 1962.

_____. Democracia representativa y clases populares en América Latina. In: TOURAINE, Alain, GERMANI, Gino. *América del Sur: un proletariado nuevo*. Barcelona: Nova Terra, 1965a, p. 39-66.

_____. *Political Change: from Traditional Society to Total Participation in Latin America*. Nova York: Institute of Latin American Studies, 1965b.

HERMET, Guy. El populismo como concepto. *Revista de Ciencia Política*, v. 23, n. 1, p. 5-18, 2003.

IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. México-DF: Fondo de Cultura Económica, 2005.

SARTORI, Giovanni. El método de la comparación y la política comparada. In: SARTORI, Giovanni. *La política: lógica y método en las Ciencias Sociales*. México-DF: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 261-318.